

O DESEMPENHO NA ÓTICA DAS CONTAS REGIONAIS

Adalberto Alves Maia Neto

Jorge Accurso

Juarez Meneghetti

Maria Conceição Schetttert

Maria Helena Sampaio

Miriam Khun

*Yara Prange**

Desempenho global

Em um ano que encerrou com uma taxa de inflação acumulada de 1.700% e com uma taxa mensal (dezembro) acima de 50%, a economia brasileira teve uma "performance" que se deve considerar bastante razoável. Estimativas do Instituto de Pesquisas (INPES), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento (SEPLAN), apontavam, ao final de novembro, uma taxa de crescimento de 2,8% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. As últimas informações do IBGE referentes à indústria de transformação para o mês de novembro permitem projetar um crescimento ainda mais elevado para o ano.

Tabela 1

Taxas de crescimento, segundo as classes de atividade econômica, do produto real do Brasil — 1987-89

(%)			
DISCRIMINAÇÃO	1987	1988	1989 (1)
Total	3,6	-0,3	2,8
Agricultura	15,0	-0,4	1,6
Indústria	1,1	-2,5	2,9
Serviços	3,3	2,2	3,1

FONTE: IBGE/Diretoria de Pesquisas/Departamento de Contas Nacionais.
INPES.

(1) Estimativas do INPES.

* Além dos autores participaram da elaboração das estimativas: Mara Feltes, Carlos Gouveia, Eliana F. da Silva, Marilene G. Medeiros e Sílvia da Silva.

Esse resultado não deixa de ser surpreendente. Todas as previsões feitas no início de 1989 indicavam um comportamento similar ao de 1988, ou seja, uma taxa de crescimento negativa ou próxima de zero. O primeiro trimestre do ano confirmou essas previsões, com o PIB registrando uma queda de 2,4% na comparação com o mesmo período de 1988. A economia apresentou sinais claros de recessão, e a taxa inflacionária acelerou-se. No segundo trimestre, entretanto, a economia alcançou um excelente desempenho, com o PIB crescendo 6,8% em relação ao trimestre anterior, a taxa mais alta da década. Esse crescimento foi alavancado pela ótima "performance" da indústria de transformação no período, com uma taxa de 12%. Já no terceiro trimestre, verificou-se uma desaceleração no ritmo de crescimento, embora a taxa acumulada do PIB no período (janeiro a setembro) acusasse um crescimento de 2,3%.

Esse desempenho previsto para 1989 pode ser considerado razoável se comparado com o da década, quando o PIB cresceu a uma média de 2,04% ao ano, contra um crescimento populacional de 2,07%. Isso significa que, em 1989, houve um crescimento no produto "per capita". Deve-se considerar também que o País viveu o ano sob o espectro da hiperinflação, com a inflação acelerando-se mês a mês e com taxas de juros reais altíssimas no mercado aberto, que inibiram a aplicação de recursos nos segmentos produtivos. Mesmo assim, a atividade produtiva não se desorganizou, a ameaça da hiperinflação não se concretizou, a moeda não perdeu seu papel principal de meio de troca. Os investimentos, apesar de inibidos, não caíram em relação a 1988 e, segundo projeções do INPES, tiveram um crescimento real superior ao PIB, fazendo a taxa de investimentos, calculada a preços constantes, crescer de 17,5% para 17,9%.

Esse desempenho da economia em 1989, entretanto, ainda está longe de sua média histórica de 7% ao ano, que é considerada indispensável para absorver o fluxo de mão-de-obra, bem como para atender às demandas reprimidas por saúde, habitação e educação da maior parte da população brasileira. Para alcançar sua média histórica de crescimento e torná-lo auto-sustentado é indispensável que haja um incremento significativo nas taxas de investimento, a fim de atingir os valores médios da década de 70, o que passa não apenas por um acréscimo no investimento privado, mas paralela e fundamentalmente, por uma retomada do investimento público.

A nível regional, a economia também teve um desempenho positivo, com as estimativas preliminares apontando uma taxa de crescimento do PIB de 5,2%. Esse resultado é bastante significativo se comparado com os dos anos anteriores (1987 e 1988), bem como com o da economia brasileira, levando a um crescimento de 4,3% no produto "per capita".

Tabela 2

Taxas de crescimento, segundo as classes e os ramos da
atividade econômica, do produto real do
Rio Grande do Sul — 1987-89

	(%)		
DISCRIMINAÇÃO	1987	1988	1989
Total	-0,1	-4,0	5,2
Agricultura	28,4	-9,3	16,3
Indústria	0,8	-3,8	2,9
Extrativa mineral	-11,2	4,4	-6,9
Transformação	-0,4	-3,6	2,7
Construção	1,4	-3,0	5,2
Serviços industriais de uti- lidade pública	15,2	-6,9	-
Serviços	-5,7	-2,7	4,0
Comércio	-19,2	-13,4	6,6
Comunicações	6,1	8,1	12,6
Demais subsetores	-1,2	0,0	2,8

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Na comparação com o desempenho nacional, verifica-se que o melhor resultado a nível regional deve-se fundamentalmente ao excelente ano na agricultura gaúcha. Caso se comparem os desempenhos da indústria e dos serviços, observam-se resultados similares. Os setores da indústria e de serviços no Rio Grande do Sul contribuíram com 3,1% na composição da taxa global de 5,2%, enquanto o restante (2,1%) deveu-se à agricultura. Já no Brasil, indústria e serviços contribuíram com 2,7%, enquanto a agricultura participou com 0,1%. Salienta-se ainda que os dados brasileiros utilizados nessa comparação estão, muito provavelmente, subestimando o desempenho da economia brasileira. Nas seções seguintes examinam-se, com mais detalhes, os desempenhos setoriais.

Tabela 3

Produto "per capita" do Rio Grande do Sul — 1987-89

ANOS	VALOR (NCz\$)	ÍNDICES DO PRODUTO REAL	
		Base (1975 = 100)	Varição Anual (%)
1987	86,48	155,82	-1,0
1988	635,50	148,34	-4,8
1989	8 955,85	154,68	4,3

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 4

Estrutura do PIB do Rio Grande do Sul
a preços correntes — 1987-89

				(%)
DISCRIMINAÇÃO	1987	1988	1989	
Agricultura	10,9	12,0	9,5	
Indústria	34,3	35,9	36,0	
Serviços	54,8	52,1	54,5	

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 5

Estrutura do PIB do Rio Grande do Sul a preços
constantes de 1975 — 1987-89

				(%)
DISCRIMINAÇÃO	1987	1988	1989	
Agricultura	13,5	12,7	14,0	
Indústria	32,6	32,7	32,0	
Serviços	53,9	54,6	54,0	

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Desempenho setorial

Agricultura

A estimativa do produto do setor agrícola do Rio Grande do Sul, para o ano de 1989, apresentou um crescimento de aproximadamente 16,3%, apesar dos contrastes do comportamento das diferentes culturas. Essa "performance" decorreu, também, da comparação com o ano de 1988, quando a agricultura gaúcha acusou um decréscimo de 9,3%, em virtude de problemas climáticos que afetaram negativamente o seu desempenho.

O produto nacional da agricultura, segundo informações preliminares da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aumentou 2,0%, com uma redução de 0,6% da produção animal, compensada, em parte, pelo desempenho do segmento lavoureiro, que cresceu 3,6% (GM, 20.12.89).¹

Para um melhor detalhamento do comportamento da agropecuária estadual, embasar-se-á a análise no VBP dos principais produtos da lavoura e da pecuária², que apresentou, em 1989, um crescimento de 9,9%.³ Para este ano, a grande diferença entre a taxa de crescimento do VBP e a do produto deveu-se, em primeiro lugar, à redução da área plantada, que requisiu uma menor quantidade de insumos, e, em segundo lugar, à própria racionalização do plantio, que aliada ao difícil acesso ao crédito agrícola, fez com que a utilização de insumos fosse menor. Assim, em relação a 1988, há uma redução do CI mais que proporcional ao aumento da produção.

A produção animal, que engloba a pecuária de corte e os derivados, apresentou um decréscimo de 4,3%. Esse fraco desempenho foi reflexo da queda de 6,6% na bovinocultura e de 18,8% da suinocultura, redução que, em parte, foi compensada pelos acréscimos dos demais produtos, como aves

¹ Essas taxas referem-se ao Valor Bruto de Produção (VBP).

² Os principais produtos da agropecuária do Estado são: o arroz, a soja, o milho, o trigo, a batata-inglesa, a cana-de-açúcar, a cebola, o feijão, o fumo, a mandioca, a banana, a uva, a laranja, os bovinos, os suínos, os ovinos, as aves, o leite, a lã e o mel, que representam mais de 90% do VBP do setor.

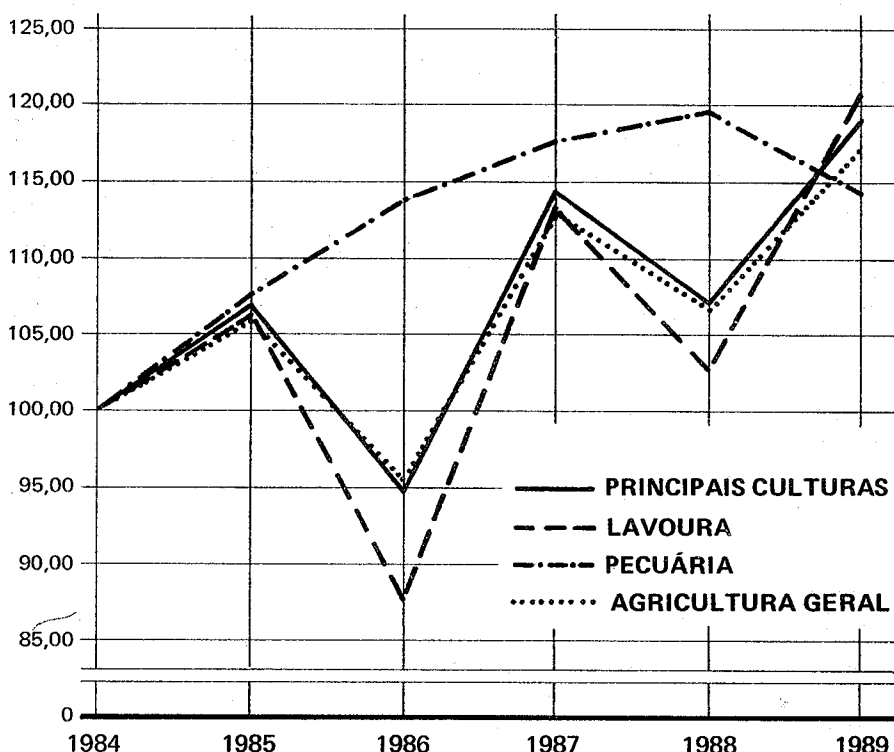
³ Deve-se ter presente a distinção entre VBP e produto; o produto é igual ao VBP menos o consumo intermediário (CI). Somente quando o coeficiente técnico CI/VBP se mantém constante é que produção e produto crescem às mesmas taxas; cabe ainda registrar que, na estrutura das contas, o produto e/ou VBP são aferidos com base nos preços de um determinado ano, o que significa, em última instância, que a variação do produto e/ou do VBP reflete as oscilações da produção física.

(2,1%), leite (0,7%) e outros. Pode-se observar que todo movimento de aceleração ou de retração na produção de leite, avicultura, bovinocultura e suinocultura tende a influenciar de maneira preponderante o comportamento da pecuária estadual, pois esses produtos participam com aproximadamente 27%, 25%, 23% e 12%, respectivamente, na estrutura real do setor.

GRÁFICO 1

ÍNDICES DE "QUANTUM" DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGROPECUÁRIAS E DA AGROPECUÁRIA COMO UM TODO NO RIO GRANDE DO SUL – 1984-89

Relativos: 1984 = 100



FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Os dados de 1989 são estimativas preliminares.

As lavouras, em 1989, apresentaram um acréscimo na ordem de 17,6%, e a sua participação no VBP da agricultura foi de 72%. O desempenho do segmento lavoureiro refletiu, em grande parte, a recuperação da soja (73,4%) e do milho (41,3%) — após a retração de 27,3% e de 34,5%, respectivamente, na safra de 1988 —, enquanto o arroz apresentou um crescimento de 2,3% no ano que findou.

Já o trigo sofreu uma redução de 30,0%, considerando uma produção estimada em 1,1 milhão de toneladas. No entanto, segundo as últimas informações disponíveis, essa produção poderá superar 1,4 milhão de toneladas, o que reduziria esse decréscimo para 12,5% (GM, 29.12.89).

Durante o ano de 1989, com exceção da soja, que teve um aumento de 6,8%, os demais produtos, como o trigo (-27,8%), o milho (-2,9%) e o arroz (-1,0%), apresentaram uma diminuição na área. Essa redução foi, em parte, compensada pelos ganhos de produtividade, onde deve-se destacar a soja com um aumento de 62,3% em relação ao ano anterior, enquanto para o milho a relação produção física/área colhida cresceu 45,2% relativamente à anterior.

Ao se analisar o ano de 1989, observa-se que a relação de troca na agropecuária continua desfavorável para os produtores, fato este que se constata quando se verifica a relação acumulada nos últimos 12 meses entre o Índice de Preços Recebidos (IPR) e o Índice de Preços Pagos (IPP) pelos agricultores — para 1989, o IPR cresceu 933,6%, enquanto o IPP cresceu 1.026,8%. Desse modo, apesar do aumento de 16,3% do produto da agropecuária, esse crescimento não significa que a agricultura tenha se capitalizado, uma vez que houve uma transferência de renda desse para outros setores da economia. Contudo é importante salientar que o acréscimo substancial da produtividade lavoureira atenuou essa relação desfavorável dos preços.

Mesmo com o desempenho positivo, a agricultura perdeu participação no produto global gerado no Rio Grande do Sul. Esse acontecimento é explicado pelo comportamento dos preços, que, no setor agrícola, cresceram em níveis bem inferiores aos da indústria e aos dos serviços.

Para a próxima safra (1989/90), as expectativas já são de uma redução na área plantada tanto para os produtos de consumo básico como para aqueles que se destinam à exportação. Como consequência imediata, haverá um decréscimo na produção física, a não ser que, em função da adoção de técnicas mais desenvolvidas, a diminuição da área seja compensada pelo aumento significativo da produtividade, como ocorreu no ano de 1989.

Indústria

Indústria de transformação

Contrariando alguns prognósticos do ano passado, a indústria gaúcha cresceu 2,9% em 1989, a despeito de alguns fatores contraditórios em relação a esse desempenho positivo, tais como a política antiinflacionária de cunho recessivo e o fato de a indústria vir operando com utilização de capacidade muito elevada. Esse desempenho, a princípio, choca-se também com o quadro geral de crise por que passam as economias brasileira e estadual, caracterizadas pela queda dos investimentos e por um caráter bastante oscilatório da produção industrial nos anos 80.

Contudo uma explicação para esse crescimento do setor industrial foi o aquecimento dos negócios em resposta a uma certa pressão de demanda, motivada por atitudes defensivas contra a vertiginosa ascensão dos preços. Deve ser salientada, ainda, a influência do setor externo no desempenho favorável da indústria gaúcha — em média, para esse mercado são destinados 20% da produção estadual.

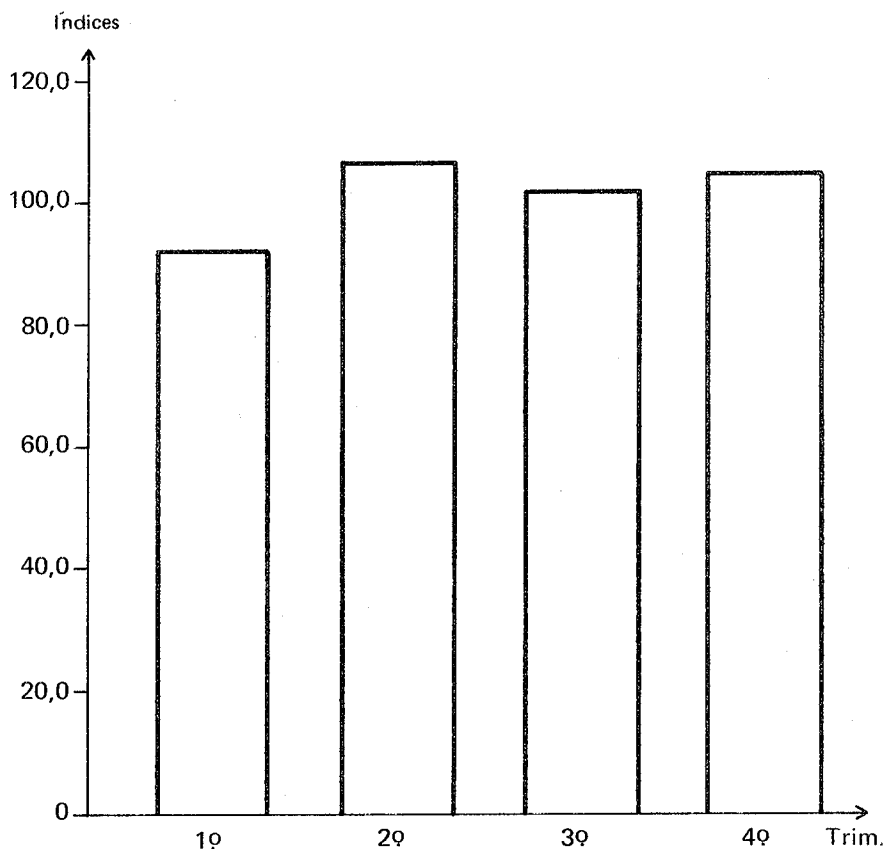
O resultado de 1989 revela-se mais expressivo, se comparado com a taxa média de crescimento na década, de 1,1% a.a. Entretanto esse desempenho apresentou ritmos alterados ao longo do ano (Gráfico 2), como taxas negativas no primeiro trimestre; recuperação a partir do segundo trimestre, período este em que a atividade industrial revelou melhor "performance"; taxas positivas, mas em desaceleração, no terceiro trimestre; e uma pequena expansão no último.

O crescimento do setor industrial no Estado é determinado pela "performance" da indústria de transformação, em razão da sua participação hegemônica no total da indústria, portanto, cabe a ela grande parte das explicações para a evolução do produto industrial.⁴ A indústria de transformação apresentou um crescimento de 2,7% em 1989, uma taxa muito expressiva, se cotejada com a média da década, de 0,9% a.a.

Dentre os gêneros da indústria de transformação com peso mais relevante na composição estrutural da mesma, a indústria mecânica e a química foram as que mais contribuíram para a composição da taxa resultante — considerando-se, simultaneamente, os pesos relativos e as taxas de variações —, a primeira causando impacto positivo e superando a outra, cuja influência foi negativa.

4 Salienta-se ainda a importância da indústria da construção civil para a composição da taxa global da indústria, setor este analisado no próximo texto.

GRÁFICO 2

**VARIAÇÃO TRIMESTRAL DA PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA
DE TRANSFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL – 1989**

FONTE: IBGE.
FEE/NCR.

NOTA: 1. Os índices têm como base o mesmo trimestre do ano anterior = 100.

2. Os dados para o 4º trimestre são estimativas preliminares da FEE/NCR.

A indústria química no Estado tem nos subsetores combustíveis e lubrificantes; óleos vegetais; adubos; fertilizantes e corretivos do solo seus componentes principais. E aqueles articulados à atividade agrícola – adubos e fertilizantes principalmente – foram responsáveis pela má "performance" do gênero ao longo do ano (-11,37), devido à redução da área plantada no Estado e ao difícil acesso ao crédito agrícola.

Por outro lado, o gênero mecânica mais do que equilibrou o mau desempenho da química. Pesando significativamente na estrutura industrial e tendo crescido à taxa de 11,43% no ano, foi o que mais colaborou para o resultado global positivo.

Os demais gêneros que contribuíram expressiva e positivamente para a formação da taxa foram minerais não-metálicos, metalúrgica e material elétrico, enquanto o produtos alimentares atuou em sentido contrário.

Traçando-se um paralelo entre a indústria brasileira e a gaúcha, observa-se que esta última tem acompanhado as fases de crescimento e a desaceleração da nacional, tendo sido dinâmica o suficiente para acompanhar as mudanças na estrutura industrial brasileira ao longo dos anos.

Assim, em um corte por categorias de uso, verifica-se o significativo crescimento da indústria de bens de capital (51,3%) e o da de bens intermediários (24,7%) no Estado, ao longo da década, segundo o IBGE. E, de acordo com os últimos Censos publicados de 1975 e 1980, salienta-se o ganho de participação dessas indústrias, especialmente a de bens intermediários, que inverteu posição com a indústria de bens de consumo não duráveis, tradicionalmente menos dinâmica, a qual perdeu participação relativa.

A indústria gaúcha tem uma participação em torno de 7% na nacional, e a relação entre elas se dá por razões naturais — mesmo espaço econômico e, portanto, sob as ações das mesmas políticas e estímulos —, mas também, e principalmente, porque há uma integração que se faz através de alguns segmentos da indústria regional que são complementares à produção da indústria do centro. Ressalva-se, contudo, que outros segmentos da indústria local evoluem segundo especificidades regionais, principalmente aqueles cuja base de crescimento tem estreito vínculo com a agricultura, tanto como processador de matérias-primas quanto como produtor de insumos, máquinas e implementos agrícolas.

A despeito do crescimento verificado tanto na indústria gaúcha quanto na nacional, pode-se apostar que essa recuperação terá fôlego curto, uma vez que a indústria está trabalhando com plena capacidade, o que implica a necessidade de investimentos de ampliação para sustentar um crescimento continuado. Acrescenta-se a isso a imperiosa necessidade dos investimentos em infra-estrutura, notadamente energia elétrica e comunicações, a encargo dos gastos públicos.

Indústria da construção civil

O desempenho da construção civil no Rio Grande do Sul, verificado através das estimativas finais do valor agregado pelo setor no ano de

1988 e dos cálculos preliminares para 1989, desenvolveu-se com a mesma "performance" verificada a nível nacional como um todo. Ao se confirmarem as estimativas da evolução das variáveis — insumos típicos da construção, como aço, cimento etc., representativos do comportamento do setor —, ocorrerá um acréscimo levemente acentuado em termos do Rio Grande do Sul. Consta-se que as estimativas finais de 1988 ficaram em -3,0% de crescimento para o Estado, contra 4,0% para o Brasil. Para 1989, apesar de as informações ainda serem preliminares, o índice do produto real no Rio Grande do Sul alcança uma variação positiva de 5,2%, acompanhando a previsão brasileira de uma taxa de 5,1% ao longo do ano.

Quanto à participação relativa da construção na estrutura do produto industrial do Estado, a preços constantes, essa vem mantendo níveis aproximados nestes últimos anos, chegando a 9,61% em 1988 e 9,83% em 1989, configurando, contudo, uma retração de sua posição, se se considerar o PIB da indústria desde 1981, de 11,57%.

Esses resultados conduzem a uma análise mais ampla para o desempenho desse setor, que se reporta ao problema da redução da taxa dos investimentos no País, em que o peso da construção civil, em 1987, foi igual a 70% da formação bruta de capital (FBK) e, em 1988, diminuiu para 60%. Outra questão em termos nacionais é a relação entre a FBK e o PIB⁵, que, no início da década passada, foi superior a 20%, tendência que começou a se reverter a partir de 1982 (18,3%), chegando, em 1988, a 17,51%. Ressalve-se que as participações são observadas a partir de valores reais e que, portanto, parte da perda do setor da construção na formação bruta de capital é ocasionada pela alteração dos preços dos outros componentes em ritmo inferior ao dos preços dos investimentos em construção. Outra causa básica é a redução dos investimentos ocasionada pelo caráter especulativo e pouco produtivo da economia brasileira em situação de alta inflação.

Esses resultados globais refletem a estagnação de frontada atualmente pelo setor, apesar de ter havido um crescimento positivo este ano. A indefinição do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com a extinção do BNH e o repasse de suas atribuições ao Banco Central e à Caixa Econômica Federal, oficializa a desarticulação de uma política para a crise habitacional, que se insere entre os principais temas de discussão, necessitando de normas de operacionalização dos agentes financeiros. Quanto ao resultado positivo, deve-se atribuir, em parte, aos investimentos privados autofinanciados para o segmento de alto padrão de ren-

5 Essa relação representa a parcela do PIB que foi incorporada ao estoque de capital fixo existente no País, criando a capacidade produtiva adicional.

da, onde o perfil dos compradores é formado por recursos de alta liquidez, concentrados no curto prazo. No que diz respeito à política de investimentos do setor público, sabe-se que grande parte das obras está sendo bancada pelo Governo Estadual, tornando-o, assim, o responsável pelo bom resultado neste ano. Esse crescimento, entretanto, coincide com a forte retração de recursos federais e municipais, e somente a forte ação do Legislativo, que passará a desempenhar um papel ativo na elaboração e execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), pode corrigir e democratizar a aplicação dos recursos públicos, expandindo o leque das regiões atendidas.

Serviços

Após o ano de 1988, quando tanto a economia gaúcha como um todo quanto o setor serviços apresentaram taxas de crescimento fortemente negativas (respectivamente, -4,0% e -2,7%) e registraram um desempenho nitidamente inferior ao do Brasil, pode-se dizer que houve uma inversão de tais "performances" em 1989.

Tabela 6

Taxas de crescimento do PIB total, do PIB do setor serviços
e do PIB do subsector comércio no Brasil
e no Rio Grande do Sul — 1988-89

ESPECIFICAÇÃO	1988		1989 (1)		
	RS	BR	RS	BR	
				INPES (2)	IBGE (3)
PIB total	-4,0	-0,3	5,2	2,8	2,3
PIB dos serviços	-2,7	2,2	4,0	3,1	2,9
PIB do comércio	-13,4	-2,8	6,6	...	0,0

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

IBGE.

INPES.

(1) Estimativas preliminares. (2) Projeções do INPES. (3) Dados do IBGE até o terceiro trimestre de 1989.

Embora já visto anteriormente, é interessante resgatar o comportamento global bastante dinâmico e positivo do PIB do Rio Grande do Sul em 1989, cujo crescimento alcançou a marca dos 5,2%, devendo superar as projeções preliminares efetuadas para o Brasil, as quais oscilam entre 2,3% e 2,8%. Além disso, é oportuno lembrar que o referido crescimento global foi obtido tendo por base boas "performances" em quase todos os setores que compõem a estrutura produtiva gaúcha.

Como se sabe, tais fatos são especialmente relevantes para a análise do setor serviços gaúcho, na medida em que seu desempenho depende dos resultados auferidos pelos demais setores produtivos regionais, bem como de políticas de cunho nacional que o afetam com maior ou menor intensidade.

Assim, em 1989, o setor serviços do Rio Grande do Sul apresentou um crescimento de 4,0%, assinalando um significativo movimento de recuperação e definindo uma participação praticamente estável, em torno de 54% — em termos reais —, na estrutura do PIB gaúcho.

No tocante à abertura subsetorial, para 1989, foram obtidas estimativas específicas para comércio e comunicações, o que pode ser verificado na Tabela 7. Conforme a mesma, observa-se que os subsetores em apreço registraram taxas de crescimento superiores à do total dos serviços em 1989, cabendo destacar a expressiva marca de 12,6% para as comunicações — em termos de dinamismo.

Tabela 7

Taxas de crescimento do PIBcf do setor serviços
do Rio Grande do Sul — 1988-89

	(%)	
SUBSETORES	1988	1989 (1)
Comércio	-13,4	6,6
Comunicações	8,1	12,6
Demais subsetores (2)	0,0	2,8
Total do Setor Serviços	-2,7	4,0

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Estimativas preliminares. (2) Compreende transportes, intermediários financeiros, governo, outros serviços e aluguéis.

Igualmente em tal contexto, é oportuno assinalar o incremento de 6,6% conquistado pelo comércio, na medida em que esse subsetor responde por cerca de 30% do produto total dos serviços (em termos nominais), ou por cerca de 16% do PIB global do Estado, conforme a Tabela 8.

Tabela 8

Estrutura nominal do PIB do setor serviços e participação percentual, por subsetores, no PIBcf total do Rio Grande do Sul — 1988-89

SUBSETORES	(%)			
	PARTICIPAÇÃO NO PIB SETORIAL		PARTICIPAÇÃO NO PIB TOTAL	
	1988	1989 (1)	1988	1989 (1)
Comércio	30,23	30,89	15,75	16,85
Demais setores	69,77	69,11	36,34	37,69
Total do Setor Serviços	100,00	100,00	52,09	54,54

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Estimativas preliminares.

Resta, ainda, estruturar um quadro referencial mais amplo no âmbito da economia e da política econômica nacionais, de modo a permitir uma melhor compreensão da evolução desse setor ao longo de 1989.

Ao final de 1988, havia alternativas que excluíam um congelamento de preços e salários, de modo a viabilizar o último ano do mandato de Sarney e as eleições presidenciais em novembro de 1989. No entanto, a iniciativa do Pacto Social, tentando conter a corrida inflacionária, não foi bem sucedida. Com isto, o surgimento de novas pressões — tais como o aumento real do piso salarial, a nova Unidade de Referência de Preços (URP) e a entressafra de grãos — mostrou que seria insuficiente apenas prefixar a inflação futura para o controle de preços.

É nesse contexto que foi implantado o Plano Verão. A partir do congelamento de preços, a demanda ficou mais firme já em meados do primeiro trimestre de 1989, tendo em vista que a própria redução nos índices in-

flacionários de fevereiro e março proporcionou um certo incremento na renda real dos consumidores. Deve-se igualmente salientar o papel desempenhado pela elevação real dos juros, uma medida desenhada tanto para garantir o financiamento do setor público quanto para evitar uma explosão inflacionária do consumo e que terminou gerando uma "sobre-renda" para aquelas classes sociais que conseguiram poupar e para as empresas com sobras de caixa. Deve ser ainda registrado que esses fatores de estímulo ao consumo foram contrabalançados pela inexistência de uma política salarial (em substituição à extinta URP) que garantisse a reposição das perdas salariais, o que certamente impediu um maior aquecimento da demanda nos primeiros cinco meses de 1989.

Essa peculiar conjugação de elementos — baixos índices inflacionários, altos juros reais e baixos salários — em associação com crescentes expectativas de "descongelamento" caracterizaram o que se poderia chamar de um primeiro momento na expansão da demanda interna, ao longo de 1989.

Já a partir de junho deste ano, delineou-se uma outra etapa da trajetória da economia, na qual entraram em cena diversos realinhamentos de preços de produtos industrializados e semi-manufaturados, bem como — embora somente no início de julho — foi definida uma nova política salarial. A taxa de juros, por seu turno, alcançou um novo patamar — relativamente mais elevado que o vigente no começo do ano. À medida que os índices de inflação voltaram a crescer consideravelmente, por conta de uma desorganizada "saída" do Plano Verão, nem mesmo a reposição salarial e a ampliação real do salário mínimo conseguiram evitar o arrefecimento que se manifestou no consumo até o mês de setembro. Foi igualmente nesse período que se tornaram marcantes as preocupações em torno do crescente descontrole da economia e as possibilidades concretas de o País estar enfrentando um processo hiperinflacionário.

Desse modo, no último trimestre de 1989, configurou-se um novo movimento de expansão da demanda interna, tendo por base principalmente o acirramento das expectativas com a inflação. Vale dizer que, além de tratar-se de um período no qual tradicionalmente o mercado se mostra mais aquecido, em muito contribuiu para uma melhor "performance" a antecipação de compras como proteção ou defesa contra a elevação dos preços.

Bibliografia

GAZETA MERCANTIL (20.12.89). São Paulo.

GAZETA MERCANTIL (29.12.89). São Paulo.

Tabela 1

Produto Interno Bruto a custo de fatores, em valores correntes, índice do produto real, deflator implícito e taxas de crescimento, por setores de atividades, do Rio Grande do Sul — 1989

SETORES	VALORES CORRENTES (NCZ\$)	ÍNDICE DO PRODUTO REAL (1975=100)	DEFLATORES IMPLÍCITOS (1975=100)	TAXAS DE CRESCIMENTO (%)
Produto Interno Bruto (cf)	76 294 895 644	182,05	54 775 710,15	5,2
Agricultura	7 257 752 457	141,99	27 055 817,71	16,3
Indústria	27 428 801 993	187,61	61 612 835,24	2,9
Serviços	41 608 341 194	192,93	55 343 488,06	4,0

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Estimativas preliminares.

Tabela 2

Produto Interno Bruto a custo de fatores, por ramos de atividades econômicas, em valores correntes, do Rio Grande do Sul — 1984-88

(NCZ\$)

ESPECIFICAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988
Produto Interno Bruto (cf)	28 247 630	92 931 269	247 867 862	723 802 255	5 349 874 679
Agricultura	3 662 392	12 442 451	26 778 153	78 878 067	644 335 051
Indústria	9 504 077	27 344 639	73 945 188	248 273 887	1 918 898 287
Indústria de transformação	8 314 354	23 272 924	63 598 699	208 654 611	1 652 899 235
Construção civil	683 257	2 534 907	7 028 469	25 222 956	165 779 722
Serviços industriais de utilidade pública	453 738	1 400 752	3 051 881	13 860 209	96 524 293
Extrativa mineral	52 728	136 056	266 139	536 111	3 695 037
Serviços	15 081 161	53 144 179	147 144 521	396 650 301	2 786 641 341
Comércio	5 087 584	18 027 907	47 260 759	120 431 996	842 420 690
Transportes	934 907	3 161 735	7 908 658	26 128 356	217 002 482
Comunicações	177 612	738 125	1 560 954	6 050 206	47 603 604
Intermediários financeiros	2 640 121	9 250 293	21 393 492	70 531 303	602 673 085
Governo	1 951 060	7 255 485	21 656 662	54 000 800	325 074 610
Aluguéis	1 512 532	4 578 949	15 088 858	29 002 913	126 295 588
Outros serviços	2 777 345	10 131 685	32 275 138	90 504 727	625 571 284

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 3

Produto Interno Bruto a custo de fatores, por ramos de atividades econômicas, em valores constantes, do Rio Grande do Sul — 1984-88

(NCZ\$ de 1975)

ESPECIFICAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988
Produto Interno Bruto (cf)	122 302	126 793	137 936	137 859	132 405
Agricultura	15 059	17 399	14 472	18 576	16 844
Indústria	39 339	39 125	44 626	44 965	43 266
Indústria de transformação	32 189	32 023	36 983	36 816	35 487
Construção civil	3 639	3 766	4 229	4 290	4 159
Serviços industriais de utilidade pública	3 239	3 077	3 134	3 611	3 361
Extrativa mineral	272	259	280	248	259
Serviços	67 904	70 269	78 838	74 318	72 295
Comércio	17 644	19 207	20 779	16 782	14 533
Transportes	3 379	3 401	3 588	3 759	3 953
Comunicações	2 016	2 415	2 626	2 787	3 012
Intermediários financeiros	9 156	9 855	9 406	9 547	10 397
Governo	16 972	15 036	18 194	18 725	18 644
Aluguéis	9 105	9 561	10 055	10 467	10 964
Outros serviços	9 632	10 794	14 190	12 251	10 792

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 4

Deflatores implícitos do Produto Interno Bruto a custo de fatores, por ramos de atividades econômicas, do Rio Grande do Sul — 1984-88

ESPECIFICAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988
Produto Interno Bruto (cf)	23 096,62	73 293,69	179 697,73	525 030,83	4 040 538,26
Agricultura	24 320,29	71 512,45	185 034,22	424 623,53	3 825 309,02
Indústria	24 159,43	69 890,45	165 699,79	552 149,20	4 435 118,31
Indústria de transformação	25 829,80	72 675,65	171 967,39	566 749,81	4 657 759,84
Construção civil	18 775,95	67 310,33	166 196,95	587 947,69	3 986 047,66
Serviços industriais de utilidade pública	14 008,58	45 523,30	97 379,74	383 832,98	2 871 292,09
Extrativa mineral	19 385,29	52 531,27	95 049,64	216 173,79	1 426 655,21
Serviços	22 209,53	75 629,62	186 641,62	533 720,37	3 854 542,28
Comércio	28 834,64	93 861,13	227 444,82	717 626,00	5 796 605,59
Transportes	27 668,16	92 964,86	220 419,68	695 087,95	5 489 564,43
Comunicações	8 810,12	30 564,18	59 442,27	217 086,69	1 580 464,94
Intermediários financeiros	28 834,87	93 863,96	227 445,16	738 779,75	5 796 605,59
Governo	11 495,76	48 254,09	119 031,89	288 038,79	1 743 588,34
Aluguéis	16 612,10	47 891,95	150 063,23	277 089,07	1 151 911,60
Outros serviços	28 834,56	93 864,04	227 449,88	738 753,79	5 796 620,50

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Os dados têm como base 1975=100.

Tabela 5

Índices do Produto Interno Bruto a custo de fatores, a preços constantes, por ramos de atividades econômicas, do Rio Grande do Sul — 1984-88

ESPECIFICAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988
Produto Interno Bruto (cf)	159,89	165,76	180,33	180,23	173,10
Agricultura	109,17	126,13	104,92	134,67	122,11
Indústria	165,78	164,88	188,07	189,49	182,33
Indústria de transformação	162,36	161,52	186,54	185,70	178,99
Construção civil	129,55	134,07	150,56	152,72	148,08
Serviços industriais de utilidade pública	323,90	307,70	313,40	361,10	336,10
Extrativa mineral	289,36	275,53	297,87	263,83	275,53
Serviços	174,26	180,32	202,31	190,72	185,52
Comércio	114,76	124,92	135,15	109,15	94,52
Transportes	157,82	158,85	167,59	175,57	184,63
Comunicações	533,33	638,89	694,71	737,30	796,83
Intermediários financeiros	211,21	227,34	216,98	220,23	239,84
Governo	293,33	259,87	314,45	323,63	322,23
Aluguéis	183,75	192,96	202,93	211,24	221,27
Outros serviços	160,59	179,96	236,58	204,25	179,93

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: Os dados têm como base 1975=100.

Tabela 6

Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto a custo de fatores, por ramos de atividades econômicas, do Rio Grande do Sul — 1984-88

ESPECIFICAÇÃO	1985	1986	1987	1988
Produto Interno Bruto (cf)	3,7	8,8	-0,1	-4,0
Agricultura	15,5	-16,8	28,4	-9,3
Indústria	-0,5	14,1	0,8	-3,8
Indústria de transformação	-0,5	15,5	-0,4	-3,6
Construção civil	3,5	12,3	1,4	-3,0
Serviços industriais de utilidade pública	-5,0	1,8	15,2	-6,9
Extrativa mineral	-4,7	8,0	-11,2	4,4
Serviços	3,5	12,2	-5,7	-2,7
Comércio	8,9	8,2	-19,2	-13,4
Transportes	0,7	5,5	4,8	5,2
Comunicações	19,8	8,7	6,1	8,1
Intermediários financeiros	7,6	-4,6	1,5	8,9
Governo	-11,4	21,0	2,9	-0,4
Aluguéis	5,0	5,2	4,1	4,7
Outros serviços	12,1	31,5	-13,7	-11,9

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 7

Estruturas do Produto Interno Bruto a custo de fatores, por ramos de atividades econômicas, do Rio Grande do Sul — 1984-88

	(%)				
ESPECIFICAÇÃO	1984	1985	1986	1987	1988
Produto Interno Bruto (cf)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura	12,96	13,39	10,80	10,90	12,04
Indústria	33,65	29,43	29,83	34,30	35,87
Indústria de transformação	29,43	25,04	25,66	28,83	30,90
Construção civil	2,42	2,73	2,83	3,48	3,10
Serviços industriais de utilidade pública	1,61	1,51	1,23	1,92	1,80
Extrativa mineral	0,19	0,15	0,11	0,07	0,07
Serviços	53,39	57,18	59,37	54,80	52,09
Comércio	18,01	19,40	19,07	16,64	15,75
Transportes	3,31	3,40	3,19	3,61	4,06
Comunicações	0,63	0,79	0,63	0,84	0,88
Intermediários financeiros	9,35	9,95	8,63	9,74	11,27
Governo	6,91	7,81	8,74	7,46	6,08
Aluguéis	5,35	4,93	6,09	4,01	2,36
Outros serviços	9,83	10,90	13,02	12,50	11,69

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

Tabela 8

Produto Interno Bruto a custo de fatores, população e PIBcf "per capita"
do Rio Grande do Sul — 1984-89

ANOS	PIBcf TOTAL					PIBcf "PER CAPITA"			
	Valores em Preços Correntes (NCz\$)	Índices do Produto Real		Deflatores Implícitos do Produto		POPULAÇÃO (1 000 hab.)	Índices do Produto "Per Capita"		
		Base 1975	Variação anual (%)	Base 1975	Variação anual (%)		Valores em Preços Correntes (NCz\$)	Base 1975	Variação anual (%)
1984	28 247 630	159,89	-	23 096,62	-	8 127	3,48	142,38	-
1985	92 931 269	165,76	3,7	73 293,69	217,3	8 210	11,32	146,07	2,6
1986	247 867 862	180,33	8,8	179 697,73	145,2	8 291	29,90	157,43	7,8
1987	723 802 255	180,23	-0,1	525 030,83	192,2	8 370	86,48	155,82	-1,0
1988	5 349 874 679	173,10	-4,0	4 040 538,26	669,6	8 445	633,50	148,34	-4,8
1989 (1)	76 294 895 644	182,09	5,2	54 775 710,15	1 255,7	8 519	8 955,85	154,68	4,3

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

(1) Estimativas preliminares.

Tabela 9

Produto Interno Bruto a custo de fatores, em dólares, total e "per capita",
e população do Rio Grande do Sul — 1984-89

ANOS	PIBcf TOTAL (US\$ 1 000)	POPULAÇÃO (1 000 habitantes)	PIBcf "PER CAPITA" (US\$)
1984	15 268 989	8 127	1 879
1985	14 988 914	8 210	1 826
1986	18 158 818	8 291	2 190
1987	18 412 675	8 370	2 200
1988	20 357 210	8 445	2 411
1989 (1)	26 892 049	8 519	3 157

FONTE: FEE/Núcleo de Contas Regionais.

NOTA: A taxa de câmbio corresponde ao preço de venda.

(1) Estimativas preliminares.